



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

2408/2023

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social, que aprecie o Plano de Trabalho, em anexo.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

MARCOS
ANTONIO
CRISPIM:0274983
0605

Assinado de forma digital
por MARCOS ANTONIO
CRISPIM:02749830605
Dados: 2023.08.24
16:35:00 -03'00'

Marcos Crispim

Vereador – PODEMOS

À Exma. Sra.

Vereadora Loíde Gonçalves

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 24/08/2023
HORA: 16:37

511 5698



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nos termos do art. 82, §3º, da Lei Orgânica combinado com o art. 57 e 81, §3º do Regimento Interno, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os indícios de aparelhamento político e as denúncias de malversação de recursos públicos por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

ROTEIRO DE TRABALHO

I INTRODUÇÃO

Inicialmente, é prudente destacar que, o Requerimento nº 872/2023, objeto desta CPI foi protocolado na Diretoria do Processo Legislativo da Câmara Municipal na data 23/06/2023, sendo que a designação dos membros desta Comissão ocorreu no dia 07/07/2023. Após o recebimento do referido Requerimento a DIRLEG deu a nomenclatura de CPI - Conselheiros Tutelares. A maioria dos membros nomeados para a CPI, ao identificarem a nomenclatura inadequada ao objeto proposto de investigação de atos na gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, e não os Conselheiros Tutelares, viram por bem alterar a nomenclatura da CPI para CPI da Assistência Social, com a finalidade de evitar interpretações dúbias quanto ao objeto da Comissão.

De maneira preliminar faz-se necessário evidenciar que o plano de trabalho sugere um cronograma e uma linha de investigação dos objetos a serem apurados, permitindo melhor entendimento dos nobres Parlamentares sobre eventuais irregularidades na atual gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no que tange aos indícios de aparelhamento político e as denúncias de malversação de recursos públicos.

Desta forma, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por finalidade preservar e garantir a probidade dos atos de gestão pública, investigando fatos determinados que deram origem à sua formação.

II METODOLOGIA DE TRABALHO

A definição de um plano de trabalho para os Vereadores é importante para a organização das etapas necessárias para a eficiência e transparência aos trabalhos da CPI.

Vale ressaltar que, não se trata de um planejamento de cumprimento obrigatório, mas um documento com diretrizes para orientar os trabalhos deste colegiado.

Assim, este plano prevê a aprovação de requerimentos; oitivas de autoridades públicas, especialistas e de particulares; realização de audiências públicas; diligências e visitas técnicas, dentre outras julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário da Comissão Parlamentar.

A CPI é detentora de poderes investigatórios próprios, além de outras prerrogativas delimitadas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

III ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Este Plano de Trabalho tem o intuito de delinear uma atuação técnica, responsável e imparcial, com investigações objetivas e conclusivas sobre o escopo do requerimento que a constituiu.

Para tanto, todos os Vereadores são convidados a participar ativamente dos trabalhos desta Comissão.

Como é próprio das investigações em geral, a oitivas de Autoridades, Servidores e dos envolvidos se constituem em um importante elemento de prova. Assim, deverão ser ouvidas as autoridades que direta ou indiretamente tenham responsabilidade administrativa sobre os processos relacionados aos temas e pessoas ou entidades com atuação correlata aos temas que marcam o objeto desta CPI e aos eixos específicos da investigação.

A credibilidade de uma investigação Parlamentar - assim como a das demais investigações - passa pela verificação robusta das evidências que sustentam suas conclusões, sempre à luz do devido processo legal e da garantia da ampla defesa.

Poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidente, Relator e Plenário da CPI, tais como reuniões com Autoridades fora da Câmara e visitas in loco. O relatório final será elaborado ao longo dos trabalhos da Comissão.

Para garantir a racionalidade e eficiência à investigação, propõe-se definir com clareza blocos de investigação que contemplem todos os objetos do Requerimento Constitutivo desta CPI, a saber o aparelhamento político e as denúncias de malversação de recursos públicos por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Assim serão investigados as seguintes questões: suspeitas de irregularidades nos contratos celebrados pela SMASAC; como no caso de contratação de empresa especializada para realização da banca examinadora do processo de escolha de conselheiros tutelares em 2023, em que a responsável pela realização das etapas, conforme publicação no Diário Oficial do Município em 11 de maio 2023, encontra-se com status inativo, no Sistema Único de Cadastro de Fornecedor (SUCAF) da PBH; a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de organização de evento para a realização das pré-conferências municipais,

assembleias eleitorais e 15ª Conferência Municipal de Assistência Social em Belo Horizonte, com um custo de R\$ 1.539.999,99 (um milhão quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e novecentos e noventa e nove reais e nove centavos), apenas para selecionar 32 (trinta e duas) pessoas para participar da Conferência Estadual; o Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares — FMCT, solicitou intervenção parlamentar com relação aos itens 8.5.3 e 8.5.6.2 do Edital CMDCA-BH nº 002/2022, que trata do 10º Processo de Escolha dos Membros dos Conselheiros Tutelares da Cidade de Belo Horizonte, sustentando haver ilegalidades no referido edital em relação a exigência de inscrição para os eleitores, a ser realizada no dia da eleição, e ilegalidade na exigência de documentação específica, qual seja, comprovante de endereço em nome do eleitor. Tal manifestação foi prontamente acolhida pela Frente Parlamentar Cristã de Belo Horizonte, que, em 17 de abril de 2023, protocolou ofício subscrito pelos seus membros sobre o tema, nunca tendo obtido resposta; e perseguição sofrido por cidadã que procurou esta Câmara Municipal para denunciar que a Comissão responsável pelo Processo Seletivo de Conselheiros Tutelares eliminou a sua candidatura sob a justificativa de que os documentos apresentados para atestar a experiência de serviços prestados na Promoção, Defesa e Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente não poderiam ser aceitos, pois a instituição religiosa a qual integra não se qualificava como instituição habilitada, sem que a exigência de registro no CMDCA/BH de instituições religiosas tenha previsão legal, seja no ECA, Lei nº 8.069/90, ou na legislação municipal. Este ponto suscitado será esclarecido ao longo dos trabalhos desta CPI.

IV RELATÓRIO FINAL

O relatório final consiste na transcrição de todo o trabalho realizado na CPI, formando um material conclusivo, que será encaminhado ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator.

Neste sentido, destaco o disposto no art. 82, § 3º, da Lei Orgânica, bem como o art. 57, do Regimento Interno:

Art. 82 A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma do Regimento Interno e com as atribuições nele previstas, ou conforme os termos do ato de sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade

competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator.

Art. 57 - A Câmara poderá, a requerimento de um terço de seus membros, constituir comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

V CRONOGRAMA

Sugere-se que sejam alteradas as atividades de diligência para averiguação das ocorrências descritas nos demais itens, com o intuito de tornar as diligências mais eficazes.

Entre as atividades realizadas estão:

► **Oitiva da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC;**

► **Oitiva do Subsecretário de Direito e Cidadania da SMASAC;**

► **Oitiva do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Belo Horizonte;**

► **Oitiva da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social;**

► **Oitiva do Representante Legal da empresa especializada para a realização da banca examinadora do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de 2023;**

► **Oitiva do Representante Legal da empresa que prestou serviço de organização de evento das Pré-Conferências municipais, Assembleias Eleitorais e da 15º Conferência Municipal de Assistência Social em Belo Horizonte;**

► **Oitiva do Presidente do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares;**

► **Oitiva da Cidadã que procurou a Câmara Municipal para denunciar a Comissão responsável pelo processo seletivo de Conselheiros Tutelares;**

► **Oitiva dos Conselheiros Tutelares;**

► **Oitiva da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;**

► **Oitiva da Defensoria de Justiça e de Defesa das Crianças e dos Adolescentes;**

- ▶ Oitiva da Dra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte;
- ▶ Oitiva do Sr. Afonso Nunes da Cruz Neto, Subsecretário de Planejamento, Gestão e Finanças da SMASAC;
- ▶ Pedidos de informações;
- ▶ Visitas técnicas; e
- ▶ Outros meios de diligências em direito admitidos.

VI CONCLUSÃO

O presente Plano de Trabalho tem por objetivo conferir a efetividade à investigação parlamentar.

O desenvolvimento dos trabalhos conforme proposto, permitirá apurar a malversação da Administração Pública em contratos, ilegalidades no Edital do CMDCA-BH nº 002/2022 e Processo Seletivo de Conselheiros, além dos indícios de aparelhamento político.

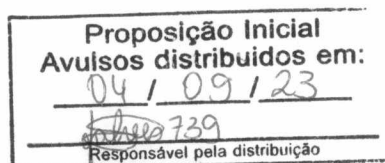
Belo Horizonte, 21 de agosto de 2023

MARCOS
ANTONIO
CRISPIM:027
49830605

Assinado de forma
digital por MARCOS
ANTONIO
CRISPIM:02749830605
Dados: 2023.08.22
16:51:48 -03'00'

Vereador Marcos Crispim

Relator da CPI da Assistência Social





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

| | |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|

Requerimento de Comissão

2544/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.301/2023, foi informado que o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS - não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço? Solicita-se também cópias dos documentos.

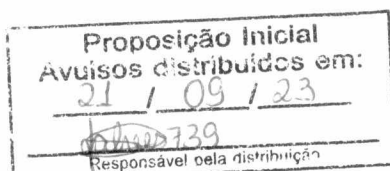
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social



512 6041



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

| | |
|--------|-----|
| Dirleg | Fl. |
|--------|-----|

Requerimento de Comissão

2545/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.305/2023, foi informado que o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS - não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço no ano de 2022? Solicita-se também cópias dos documentos.

Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social

| |
|-------------------------------|
| Proposição Inicial |
| Avulsos distribuídos em: |
| <u>21 / 09 / 23</u> |
| <u>John 739</u> |
| Responsável pela distribuição |

516 6044



Requerimento de Comissão

2546/2023

Proposição Inicial
Avisos distribuídos em:
21 / 09 / 23
739
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Requerimento de Comissão

2547/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça as seguintes informações.

Recebemos o questionamento de que não foi designado local de votação nos candidatos ao Conselho Tutelar para os moradores do Bairro Olhos D'água. Tal fato é um obstáculo para o exercício do direito constitucional de escolha dos conselheiros que atuaram na Regional Oeste. Sobre o exposto, solicitamos que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania esclareça os motivos para não designação de local de votação e que tal irregularidade seja sanada antes do dia 01 de outubro de 2023, que é o dia da votação dos conselheiros tutelares.

Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 5 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social

| |
|-------------------------------|
| Proposição Inicial |
| Avulsos distribuídos em: |
| <u>21 / 09 / 23</u> |
| <u>16/09/23</u> |
| Responsável pela distribuição |

21/09/2023 14:05:11 - 11/10/2023 14:05:11 - 11/10/2023 14:05:11



98066045



Requerimento de Comissão

2550/2023 —

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.308/2023, foi informado que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço no ano de 2020? Solicita-se também cópias dos documentos.

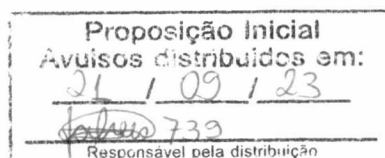
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social



2550/2023 - 21/09/23 - 126049



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Requerimento de Comissão

2551/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.308/2023, foi informado que o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS - não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço no ano de 2020? Solicita-se também cópias dos documentos.

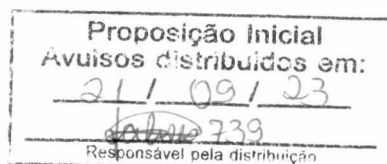
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social



2551/2023 - 21-09-23 - 07-00/23 - 21/09/23



Requerimento de Comissão

2552/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte o seguinte questionamento:

1. Cópia de todos os contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC no ano de 2019 à 2023 que estejam correlacionados com os Conselheiros Tutelares e suas atividades;

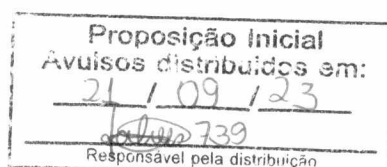
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Requerimento de Comissão

2553/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.307/2023, foi informado que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço no ano de 2021? Solicita-se também cópias dos documentos.

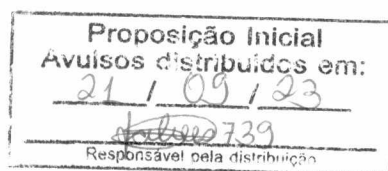
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social



511 6052



Requerimento de Comissão

2555/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.307/2023, foi informado que o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS - não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço no ano de 2021? Solicita-se também cópias dos documentos.

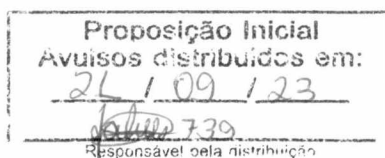
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social





Requerimento de Comissão

2556/2023

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os artigos 48, II, e 58 do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, e a Prefeitura de Belo Horizonte, pedido de informação que forneça os seguintes esclarecimentos:

1- Considerando que em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.305/2023, foi informado que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC não celebra contratos, questionamos então qual o tipo de vínculo estabelecido entre a mencionada secretaria e as pessoas que lhe prestam serviço no ano de 2022? Solicita-se também cópias dos documentos.

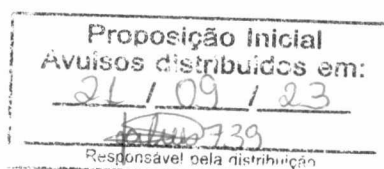
Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta.

Belo Horizonte, 21 de Setembro de 2023.

Vereador Fernando Luiz

À Senhora Vereadora Loíde Gonçalves

Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito – Assistência Social



9469 715
SIL 6046
2023.09.21/14:04:42-13 41 02-607500-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Gabinete da Vereadora Loíde Gonçalves

Requerimento de Comissão

Nº

2557/2023

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Cristina Rocha, pedido de informação para que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos:

1. Há previsão de contratação de pessoal para os Conselhos Tutelares? Se sim, quando? Se não, por quê?
2. Há previsão de se ampliar o número de Conselhos Tutelares? Se sim, quando? Se não, por quê?
3. De quanto em quanto tempo e por quem é feita a análise para a contratação de pessoal e da necessidade de se ampliar o número de Conselhos Tutelares?

Nos termos do Parecer PROLEG nº 172/2021, requeiro que a resposta a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.09.21 15:49:39
-03'00'

Vereadora Loíde Gonçalves

Podemos/MG

A Excelentíssima Senhora
Vereadora Loíde Gonçalves
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social

| |
|---------------------------------|
| Proposição Inicial |
| Avulsos distribuídos em: |
| <u>21/09/23</u> |
| <u>15:53:03</u> |
| Responsável pela distribuição |

PROTOCOLIZADO L.
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/09/23
HORA: 15:53:03

5126056



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Gabinete da Vereadora Loíde Gonçalves

Requerimento de Comissão

2558/2023

Nº

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Cristina Rocha, pedido de informação para que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos:

1. Há previsão de construção de novas sedes para os Conselhos Tutelares nas regionais? Se sim, quando? Se não, por quê?
2. Há previsão de adquirir novos insumos para as sedes dos Conselhos Tutelares? Se sim, quando? Se não, por quê?
3. De quanto em quanto tempo e por quem é feita a análise para a contratação de novos insumos e da necessidade de se construir ou adquirir novas sedes para os Conselhos?

Nos termos do Parecer PROLEG nº 172/2021, requeiro que a resposta a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.09.21 15:50:10
-03'00'

Vereadora Loíde Gonçalves

Podemos/MG

A Excelentíssima Senhora
Vereadora Loíde Gonçalves
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social

| |
|-------------------------------|
| Proposição Inicial |
| Avisos distribuídos em: |
| <u>21 / 09 / 23</u> |
| <u>André 739</u> |
| Responsável pela distribuição |

- ROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/09/23
HORA: 15:53:37

5126059



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Gabinete da Vereadora Loíde Gonçalves

Requerimento de Comissão

2559/2023

Nº

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Cristina Rocha, pedido de informação para que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos:

1. Há previsão de construção de novas sedes para os Conselhos Regionais de Assistência Social? Se sim, quando? Se não, por quê?
2. Há previsão de adquirir novos insumos para as sedes dos Conselhos Regionais de Assistência Social? Se sim, quando? Se não, por quê?
3. De quanto em quanto tempo e por quem é feita a análise para a contratação de novos insumos e da necessidade de se construir ou adquirir novas sedes para os Conselhos?

Nos termos do Parecer PROLEG nº 172/2021, requeiro que a resposta a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis.

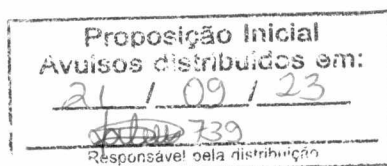
Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.09.21 15:51:06
+03'00'

Vereadora Loíde Gonçalves

Podemos/MG

A Excelentíssima Senhora
Vereadora Loíde Gonçalves
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/09/23
HORA: 15:59

512 6057



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Gabinete da Vereadora Loíde Gonçalves

Requerimento de Comissão

2560/2023

Nº

Senhora Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com os arts. 48, II e 58 do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da mesa, a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Cristina Rocha, pedido de informação para que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos:

1. Há previsão de contratação de pessoal para os Conselhos Regionais de Assistência Social? Se sim, quando? Se não, por quê?
2. Há previsão de se ampliar o número de Conselhos Regionais de Assistência Social? Se sim, quando? Se não, por quê?
3. De quanto em quanto tempo e por quem é feita a análise para a contratação de pessoal e da necessidade de se ampliar o número de Conselhos Regionais de Assistência Social?

Nos termos do Parecer PROLEG nº 172/2021, requeiro que a resposta a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis.

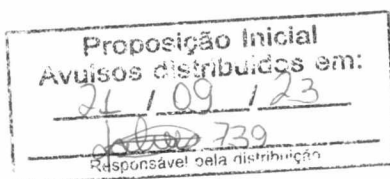
Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023.

Assinado de forma digital por
ELIZETE LOIDE GONCALVES
TAVARES:04841792686
Dados: 2023.09.21 15:50:35
-03'00'

Vereadora Loíde Gonçalves

Podemos/MG

A Excelentíssima Senhora
Vereadora Loíde Gonçalves
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assistência Social



PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 21/09/23
HORA: 15:54:05

SIL 6068



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RESPOSTAS EM PAUTA

6ª REUNIÃO

CPI – Assistência Social

Requerimento 872/2023

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.